



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 174 - 1ª QUINZENA DE JULHO DE 1999 - R\$ 1,00

**CONTRA AS SAÍDAS ELEITORALISTAS DO REFORMISMO:
GREVE GERAL PARA DERRUBAR O PLANO DE FOME!
FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!**

**COMBATER A REPRESSÃO!
LIGAR ESSA LUTA ÀS
REIVINDICAÇÕES DAS MASSAS!**

ELEIÇÕES DA APEOESP:

**Chapa dos Felícios é eleita com um terço dos votos e dois terços contra
Campanha da Oposição Revolucionária é a defesa do programa**

Imperialismo faz a partição de Kosovo e quer mais

Quinzena de Luta do Movimento Operário

AFASTADOS DA FORD

A Ford e o Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo deram mais um passo no sentido de demitir definitivamente os 1.750 operários que tiveram seus contratos de trabalho suspensos em janeiro, quando a montadora foi obrigada a voltar atrás na decisão de demiti-los de uma só vez. Os patrões e a direção do sindicato fecharam e impuseram aos operários novo acordo que prorroga a suspensão do contrato de trabalho até o final de novembro. A diferença agora é que, com a prorrogação, vêm uma série de cortes de benefícios e redução gradual do salário dos afastados, de maneira a forçar que os operários acabem pedindo demissão. Nas fábricas do Ipiranga e de São Bernardo, os pelegos já impuseram o ataque, porém, em Taubaté os operários rejeitaram a prorrogação e exigiram a volta imediata ao trabalho. Essa disposição de luta dos afastados indica a necessidade de passar por cima dos acordos traidores da burocracia com os patrões, bem como a necessidade da unidade entre empregados e afastados de maneira a organizar a greve geral com ocupação de todas as fábricas para barrar as demissões e os demais ataques dos capitalistas.

GM

No dia 22/6 os operários da General Motors, em São José dos Campos, decretaram, em assembléia, estado de greve e ameaçam entrar em greve por tempo indeterminado, caso a montadora continue se recusando a pagar o prêmio de participação nos lucros ou resultados (PLR) de R\$ 1.400,00 a que os trabalhadores têm direito.

Os operários estão fazendo protestos, interrompendo a produção em períodos intercalados. Porém, para alcançar seus objetivos, é preciso que o movimento se generalize e caminhe no sentido de uma paralisação geral da produção, única forma de mostrar aos patrões a força da classe operária.

VOLUNTARIADO NA VOLKS

No final do ano passado, o sindicato dos metalúrgicos fechou um acordo com a montadora Volks e impôs aos operários a redução da jornada de trabalho e de salários, sob a alegação de que era para evitar a demissão de 7.500 trabalhadores que, supostamente, eram considerados 'excedentes' pela montadora. O lucro advindo desse acordo para os patrões foi duplo: reduziu o salário dos operários e demitiu do mesmo jeito, pondo na rua mais de 1.000 operários em apenas seis meses, através do PDV. Pelo acordo feito com o sindicato, a meta era demitir os 7.500 em cinco anos, porém, agora a montadora anunciou que o número de 'excedentes' saltou para 11 mil e que é preciso um novo 'acordo' para evitar essas novas milhares de demissões. Com certeza, os ataques que estão por vir serão ainda mais profundos. Trata-se de os trabalhadores se organizarem imediatamente para a resistência, caso contrário, serão literalmente esmagados pelos interesses dos capitalistas.

MOVIMENTO DOS CONDUTORES

As declarações que os diretores do sindicato dos condutores do SP têm feito nos últimos dias à imprensa burguesa são perfeitamente condizentes com o papel de traição que ocupam na luta dos trabalhadores. Depois que os patrões retiraram o vale-refeição dos condutores, o que equivale, em média, a 40% do salário, se negaram a dar qualquer reposição de perdas salariais, passando, inclusive, por cima de liminares da própria justiça burguesa e condicionaram tudo à exigência de aumento de produtividade (querem obrigar os trabalhadores a aumentar o número de passageiros/mês dos atuais 98 milhões para 120 milhões) e só a partir daí poderiam pensar em negociação, os traidores dizem: "Vamos conversar mais uma vez com os patrões antes de decretar a greve" e "não vamos fazer greve para beneficiar os patrões..." ou "toda vez que fizemos greve os patrões é que levaram vantagem...". Como vemos, se os condutores não tomarem em suas próprias

mãos a tarefa de lutar por suas reivindicações, desenvolvendo seus próprios métodos de luta e enquanto não perceberem a necessidade de expulsar os burocratas traidores do seu sindicato, os patrões continuarão de mãos livres para aprofundar seus ataques às condições de vida da classe operária e demais oprimidos.

PEÕES PARAM E EXIGEM PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os trabalhadores da construtora Cariman, em Osasco, fizeram greve de uma semana e só retornaram ao trabalho depois que obrigaram a empresa a pagar os salários que estavam atrasados. Na luta constante por suas reivindicações mais imediatas é que os trabalhadores percebem a necessidade de avançar politicamente enquanto classe social e se conscientizam de que é preciso, como tal, ocupar seu papel histórico e revolucionário de destruir a sociedade que o explora.

BANCÁRIOS DO ITAÚ PARAM CONTRA CORTES

Os funcionários do Itaú da agência do Brás paralisaram suas atividades no último dia 11 para protestar contra as demissões efetuadas pela direção do banco, que estão exigindo o cumprimento de metas de vendas e, caso o funcionário tiver baixa pontuação nas vendas, o banco o manda para a rua. A unidade entre empregados e desempregados é fundamental para que os trabalhadores barrem os ataques constantes desferidos pelos patrões às suas condições de vida.

OPERÁRIOS DA ZF PARAM E EXIGEM AUMENTO

Os 370 metalúrgicos da ZF do Brasil autopeças em Sorocaba cruzaram os braços por mais de uma semana, na segunda quinzena do mês de junho, e chegaram a ocupar a fábrica para dobrar os patrões a conceder aumento da hora trabalhada. Os trabalhadores reivindicaram reajuste dos atuais R\$1,86 para R\$3,12/hora. A proposta de reajuste de 7% apresentada pelo patrão foi rejeitada. A greve com ocupação da fábrica é um método de luta dos operários, onde se coloca em evidência a dualidade de poder entre o parasitismo da burguesia e a classe que realmente produz, ou seja, a classe operária.

GREVE NA CETERP

Após dez dias de greve, os 1100 trabalhadores das centrais telefônicas de Ribeirão Preto (CETERP), con-



quistaram o pagamento integral dos resíduos da PLR de 96 e 97 e pagamento dos dias parados, mostrando que só através da luta direta é possível arrancar dos patrões as suas reivindicações.

BRAÇOS CRUZADOS NA HICOPLAST

Os funcionários da Hicoplast, na Vila Ema, entraram em greve no dia 21/6 reivindicando o pagamento da 2ª parcela do 13º salário, vale-transporte e PLR. Como sempre, os trabalhadores precisam se utilizar dos métodos da ação direta (greves, ocupações, manifestações, etc) para obrigar os patrões a pagar o que devem.

SEM SALÁRIO, TRABALHADORES DA MARCAPE ENTRAM EM GREVE E METALÚRGICOS DA TECTRON OCUPAM FÁBRICA

Os metalúrgicos da Marcap, fabricante de autopeças, no limão, com 500 empregados, estão em greve há dez dias contra o atraso no pagamento dos salários, férias, 13º salário e FGTS. Na Tectron, indústria de carrocerias e reboques do grupo Avibrás, em São José dos Campos, os metalúrgicos ocuparam a fábrica para exigir

o pagamento dos salários atrasados e obrigar o patrão a pagar os direitos trabalhistas dos 180 demitidos. Novamente, os trabalhadores mostram a impossibilidade de enfrentar os patrões fora dos métodos da luta de classe, ou seja, da ação direta das massas.

GOVERNO APROFUNDA ATAQUES A SERVIDORES PÚBLICOS PREFEITURAS ANUNCIAM DEMISSÕES EM MASSA, REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIOS

Os Prefeitos de Ribeirão Preto e Santos já anunciaram que além de reduzir a jornada de trabalho e salários em 25%, já estão preparando a lista de funcionários públicos que serão demitidos para cumprir a exigência do governo federal de cortar gastos. A demissão de funcionários públicos, estáveis ou não, que já vem sendo implementado em várias categorias de forma velada, a partir de outubro não terá mais nenhuma restrição, pois entrará em vigor a chamada a Lei Camata, que acaba definitivamente com a estabilidade dos servidores públicos. A partir daí, Estados e Municípios poderão demitir

a vontade sob pretexto de adequar o gasto com a folha de pagamento. Em Ribeirão Preto, a intenção da prefeitura é demitir 1800 até o final do ano. Em Santos, os trabalhadores já começaram a dar resposta ao ataque e fizeram uma manifestação com passeata pelo centro da cidade. O protesto inicialmente se colocou contra o aumento nos descontos para a saúde e previdência em 25% e 12% respectivamente e contra o fim dos repasses à caixa de pecúnio e pensões (CAPEP), dívida acumulada que a prefeitura tem com os servidores de R\$25 milhões, e representa o início da luta de resistência do funcionalismo aos ataques. Porém, é preciso trabalhar pela unidade de todo o funcionalismo e caminhar para a greve geral para por abaixo o plano de fome e miséria do governo de FHC.

Nacional

Repique na crise econômica é indicador das tendências



O governo anunciou reajustes nos preços de combustíveis numa semana conturbada pelas quedas nas bolsas de valores pelo mundo e pelas desvalorizações de moedas na América Latina. Ao mesmo tempo, divulgou-se o resultado das contas públicas no mês passado, com um déficit que beirou os 800 milhões de reais, primeiro no ano.

As tendências da economia norte-americana deram a tônica geral dos mercados financeiros. A perspectiva de elevação dos juros bem acima do esperado pressionaram as bolsas de valores, que preservam valores muito artificiais de ações há meses. A queda inevitável contaminou as bolsas em todo o planeta. No Brasil, alguns elementos reforçaram essa tendência.

A desvalorização dos títulos da dívida brasileira foi o primeiro sinal de que os investidores internacionais estão desconfiando das possibilidades de ajustes violentos nos preços dos papéis no Brasil. O FMI veio para refazer as metas do acordo, que prevê agora um Índice de recessão mais ameno e um buraco nas contas públicas um pouco maior. Certamente, as negociações ocorreram sob o conhecimento da deterioração das contas públicas. A imposição de aumentos de preços de combustíveis significa um tipo de "imposto branco" sobre a população, que terá de pagá-lo direta ou indiretamente. O arrecadado será canalizado para os cofres dos credores.

A Colômbia e o Paraguai tiveram de enfrentar ataques

especulativos a suas moedas, contaminadas pelas tendências da crise brasileira e mundial. No caso colombiano, foram quase 5% de queda em uma semana, o que elevou os ganhos dos parasitas financeiros em centenas de milhões em poucos dias.

Esses acontecimentos mostram as tendências de agravamento da crise mundial capitalista, que se estende à economia brasileira, agravada pelas suas particularidades, em especial pelos mecanismos artificiais de controle cambial.

As tendências recessivas, que podem ser constatadas por todos os índices econômicos ao longo dos últimos anos, tendem a se acentuar. O que pressionará os trabalhadores e demais setores oprimidos com arrocho salarial e desemprego. É preciso organizar a resistência nacional de massa contra a perspectiva de despejo da crise sobre os oprimidos. A organização da aliança operário-camponesa, a constituição da frente única antiimperialista e o combate ao governo e seu plano antinacional e antipopular de conjunto são as tarefas colocadas.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Governo FHC desfecha repressão sobre os movimentos sociais

Cresce a repressão governamental contra o movimento dos sem-terra. No Paraná, onde há 25 áreas ocupadas, a polícia já realizou 14 despejos. Para tal, a tropa de choque isolou totalmente os sem-terra e desfechou uma brutal repressão. Prendeu 40, espancou, torturou, queimou pertences etc. Ainda há 25 camponeses presos.

No Estado de São Paulo, os trabalhadores de Nova Canudos expropriaram alimentos. Sofreram uma dura represália. Ainda há 7 presos.

No Pará, são 18 os presos. E, no Mato Grosso do Sul, são 11. Em Pernambuco, 5. O total de sem-terra presos é de 75. Todas as prisões foram precedidas de selvagem reinte-



gração de posse. Latifundiários, jagunços, governo, judiciário e tropa de choque constituem uma só força em defesa do monopólio burguês da terra e contra o movimento camponês.

No dia 11 de junho, jagunços assassinaram Lafayette de Oliveira a tiros, no Estado de São Paulo. Na Paraíba, Paraupebas, jagunços mataram o presidente do Sindicato Rural da região. Em Minas, recentemente, sob a Prefeitura dirigida pelo PT, a polícia militar assassinou dois sem-teto ao desocupar uma área urbana.

A ofensiva reacionária do governo não se limita ao movimento dos sem-terra. O militante Antonio Justino

(Tonhão) foi detido logo após uma manifestação em frente à Secretaria da Educação. Em várias Universidades, a burocracia tem aberto processos contra estudantes (USP, UNICAMP, S. Carlos). Militantes do POR têm sofrido ameaças por defender "Fora a polícia da escola" no Ceará.

Trata-se de um indicador da agudização da luta de classes. A orientação do governo burguês é de endurecer com os sem-terra. Não admitir o avanço das ocupações de terra. A resposta deve ser a de organizar os COMITÊS DE AUTODEFESA. Para se contrapor à ofensiva repressiva, só há um caminho: unificar as lutas, estabelecer a aliança operário/camponesa.

O POR se coloca à frente do combate à violência reacionária da burguesia. Defende a constituição de uma frente única das correntes e movimentos contra o governo burguês e a burguesia. Nossa linha: ligar a denúncia contra a repressão às reivindicações das massas. Pela unidade na defesa dos presos, rejeitando o corporativismo imperante.

Carta das entidades da PUC contra a demissão de Marcelo Buzetto

Publicamos abaixo manifesto conjunto:

À Direção da ESPM

Pela readmissão do Prof. Marcelo Buzetto

Recebemos a informação de que o professor Marcelo Buzetto foi demitido da ESPM quando, aqui na PUC/SP, fazemos campanha pela sua libertação.

Os acontecimentos que envolveram e envolvem o acampamento Nova Canudos expressam a brutal crise social. O aumento constante de camponeses sem-terra e de trabalhadores sem-emprego indica o quanto a vida de milhões está em risco. Frente a tal situação, somente a luta coletiva

pode defender a vida da maioria que produz a imensa riqueza do país. Os sem-terra, ao expropriarem os alimentos, agiram contra a fome e a miséria.

Não há quem ignore os terríveis contrastes que imperam no Brasil. Enquanto milhões perdem seus empregos ou são expulsos dum pedaço de terra, o governo esbanja bilhões com o PROER, com a desvalorização do Real e toda sorte de corrupção. Mas quem é perseguido, golpeado pelos despejos policiais, assassinado e preso são os que não têm outra coisa senão suas vidas. No momento em que tomam posse de uma quantidade de alimento que mal dá para um ou dois dias, o governo envia uma poderosa tropa de choque.

A população pôde assistir, estarecida, os trabalhadores de Nova Canudos devolvendo peças de carne e pacotes de macarrão sob ameaça de

invasão militar. Trata-se de uma imagem precisa de como o governo e os ricos proprietários respondem à crise social, própria do sistema de exploração do trabalho. Pois bem, Marcelo Buzetto foi preso por apoiar a luta dos sem-terra e sem-emprego de Nova Canudos. Sua atitude é exemplar. Justamente por agir corretamente e de acordo com sua consciência social, foi preso.

Não bastando isso, a ESPM o demite.

Contra essa arbitrariedade, a Associação de Professores da PUC (APROPUC), Associação de Funcionários da PUC (AFAPUC), o Comitê Contra a Opressão Social e Política e o Comitê de Defesa de Nova Canudos reivindicam sua READMISSÃO.

APROPUC
AFAPUC
COMITÊS



A luta contra o desemprego é estratégica

As demissões em massa são diárias. A economia capitalista combina recessão e renovação tecnológica em alguns segmentos que resultam em destruição de postos de trabalho. O exército de desempregados incha incessantemente. Uma boa parte da juventude enfrenta o desemprego crônico; o mesmo ocorre com as velhas gerações. Não é por acaso que os trabalhadores temem cair no desemprego definitivo depois dos 30 anos, quando estão em plena capacidade produtiva.

Esse tormento atinge não só a classe operária mas também uma importante camada da classe média. Configura-se a inutilização de uma importante parcela da força de trabalho.

Os trabalhadores estão diante do desemprego estrutural e não apenas conjuntural (passageiro). O capitalismo não tem como incorporar milhões de seres no movimento das forças produtivas. Pelo contrário, vem percorrendo o caminho inverso, mutilando maciçamente forças produtivas (força de trabalho e maquinaria ociosas).

O desemprego resultante do fechamento definitivo de postos de trabalho é de ordem mundial. Está atingindo tão fortemente as potências que já se configura num dos maiores problemas econômicos e sociais do capitalismo. Indica a sua desintegração. A massa de forças produtivas já não tem como expandir dadas as relações de produção e apropriação pelos monopólios dominantes.

A burguesia imperialista europeia maquia o desemprego com o projeto de redução da jornada de trabalho para 36 horas. Na verdade, os governos pressionam a classe operária para implantar a tal da flexibilização do trabalho, que significa destruir conquistas sociais.

No Brasil, as multinacionais, com a ajuda da burocracia sindical, já impuseram a flexibilização. O desemprego continua crescendo e os salários foram reduzidos.

Há uma grande ofensiva dos exploradores contra a classe operária em nível mundial. Isso caracteriza a situação econômica e social. De forma que a defesa do emprego não responde a uma situação passageira. Daqui para frente, a destruição de postos de trabalho será crescente. O que obrigará o movimento operário a concluir que não há reforma possível no capitalismo que possa reduzir o desemprego e a crise social. A luta contra o desemprego é estratégico

para defender a vida das massas. Seu conteúdo é anticapitalista, revolucionário.

A burocracia sindical é uma trava na luta contra o desemprego

A burocracia sindical procura ludibriar os trabalhadores com a bandeira de redução da jornada e salários. Com ela, coloca-se por negociar com os capitalistas e seu governo. Segue, no fundo, a trilha da social-democracia europeia. Faz demagogia.

Mesmo assim, defende a inócua redução de 44 horas para 40 horas. Inócua porque não possibilita emprego pleno.

Os fatos mostram que colaboram com as demissões aceitando as "demissões voluntárias", "banco de horas" etc. O POR tem denunciado sistematicamente a traição da direção reformista da CUT e da direitista Força Sindical.

Essa casta se apóia na difícil situação social para incentivar o imobilismo. Quando há revolta contra o desemprego, como no caso da Ford, trabalha para limitar a ação e assim desarma o combate. Tudo isso indica que a bandeira limitada das 40 horas não passa de palavreado.

Essa situação mostra o quanto os sindicatos estão integrados à ordem capitalista. Certamente, sob a responsabilidade da direção burocrática. A defesa estratégica do emprego passa pelo combate aberto ao reformismo da direção cutista (Articulação/PT) e ao colaboracionismo forçista (Força Sindical). Em torno da defesa do trabalho, deve se desenvolver um agudo choque contra a burocracia corrompida e a burguesia corruptora.

Contra a fome e miséria: escala móvel das horas de trabalho

É preciso rejeitar a idéia reformista de amenizar a situação de desemprego para reduzir a crise social. Essa se fundamenta: a) negociar com o governo a redução para 40 horas (só demagogicamente diz sem redução salarial, pois já admitiram acordos de redução); b) aumento do tempo de recebimento do auxílio desemprego, quando se trata de uma mixaria; c) abrir frentes de trabalho, quando o governo o faz limitadamente e por um salário de fome; d) exigir crescimento econômico favorecendo os pequenos e médios capitalistas, o que não passa de um miragem frente à crise estru-

tural do capitalismo; e) fazer uma "reforma agrária" controlada, sem atingir a concentração latifundiária.

Essas teses do PT e aliados da Frente Popular constituem um programa ilusório e com claro objetivo de dar uma perspectiva de estabilização do capitalismo. Se as massas dependerem dessa diretriz, vão padecer ainda mais com a barbárie do desemprego.

A idéia de salvar uma parte dos flagelados e que a outra se dane tem a ver com a defesa do capitalismo. Ao contrário, a resposta da classe operária deve ser **emprego a todos**. Tem a ver com a luta anticapitalista.

Traduzindo em termos econômicos significa reduzir a jornada de acordo com o número de desempregado e empregado. Basta que se divida as horas nacionais trabalhadas entre o número de pessoas aptas ao trabalho (força de trabalho nacional) para se obter a jornada que corresponde a emprego a todos, sem reduzir os salários. Obtém-se assim a **escala móvel das horas de trabalho**.

Essa é a única forma de defender de conjunto os assalariados e de se contrapor ao corporativismo reacionário incentivado pela política da burocracia sindical. Sob o capitalismo, sabemos, nunca será possível o emprego a todos. Por isso mesmo, a luta em defesa da vida dos explorados está na razão direta do combate à exploração do trabalho. Combate pela destruição do poder burguês e implantação da propriedade coletiva dos meios de produção. A bandeira de emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho) é parte do programa da revolução social.

Nacional



Como acabar com a miséria

A IPEA (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou um estudo sobre como acabar com a miséria no Brasil. "Para seu estudo, Paes de Barro, Miguel Fogel, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça levaram em conta que 30% da população brasileira vive com menos de um salário mínimo per capita por mês" (Folha, 13/6).

Isso significa reconhecer que 50 milhões vivem com menos de 1 salário mínimo. Um indicador de miséria absoluta de quase um terço da população. A solução a essa barbárie seria, portanto, completar o salário mínimo, equivalente a 120 Reais mensais no momento da pesquisa.

Quanto seria necessário? Resposta do IPEA: 35 bilhões, ou seja, 4,5% do PIB. Bastaria que o governo criasse um imposto sobre os 10% mais ricos no valor de 8% ou de 5% sobre os 40% mais ricos para que o salário dos 50 milhões atingisse o mínimo de 120.

Eis a opinião de um dos pesquisadores: "Acabar com a pobreza é econômica e financeiramente um problema ridículo, embora possa ser politicamente complicado" (...) (Folha).

De fato, 35 bilhões, se comparados com o esbanjamento do governo, a corrupção, as vantagens aos banqueiros e a tremenda riqueza acumulada nos 10% mais ricos, que detêm mais de 50% da riqueza nacional, é uma bagatela. Por isso o pesquisador da burguesia reclama que o impedimento é político. Como aprovar no congresso uma taxa-ção de 8%?

Ao mesmo tempo, os defensores do fim da miséria, para o bem da própria burguesia, alertam que esse caminho é o mais seguro para a situação de crise social.

Vejamos, nesse sentido, mais uma de suas conclusões relatadas pelo jornalista. "Seus cálculos são de que a espera seria longa demais. Para baixar o nível de pobreza dos 30% da população atuais para 15% (ou seja, contá-lo pela metade), o PIB precisaria crescer 7,5% ao ano por dez anos ou 4,5% ao ano por 20 anos". E, "para o nível de pobreza se reduzir a 10% da população, o PIB precisaria crescer 9,5% ao ano por dez anos".

Com tais cálculos, Paes de Barros conclui pela impossibilidade de erradicar a pobreza pela via do desenvolvimento "sustentado".

De vez em quando institutos da

burguesia publicam esse tipo de pesquisa falaciosa. Imagine só acabar com a miséria com 1 salário mínimo de 120 Reais (agora, 136 Reais).

Em se tratando dos interesses da burguesia contra os explorados, todo senso de realidade desaparece. Que se faça um cálculo verdadeiro de quanto necessita uma família de 4 pessoas para sobreviver que atingirá uma cifra muito acima de mil reais. Calculamos cerca de 1800 reais. O salário mínimo de 136 Reais é de fome e miséria. A idéia reformista de distribuição de renda via impostos não se sustenta. A tendência da economia capitalista é de concentrar cada vez mais riqueza. Trata-se de uma lei de seu funcionamento. Quanto mais produzir, mais pobreza sobrar para os trabalhadores.

O sistema de acumulação de capital reserva para os trabalhadores salários cada vez mais baixos e desemprego crônico. Eis por que os assalariados, se quiserem se livrar da miséria, têm de se confrontar com a classe capitalista e o Estado através dos métodos próprios de luta e com seu programa. Para acabar com a fome e miséria, a arma dos explorados é a revolução e ditadura do proletariado. O POR defende o Programa de Transição, que liga as reivindicações elementares contra a miséria (como emprego e salário) às tarefas socialistas (expropriação do poder econômico e político da burguesia).

Nacional



Saúde destruída em Natal

A saúde pública no RN como em todo país está sendo destruída pelos governos entreguistas que só visam a sua privatização.

O governo Garibaldi usou o dinheiro da privatização da Cosem como moeda eleitoral para a adesão dos vários prefeitos dos municípios, ao mesmo tempo em que as áreas sociais como saúde e educação continuam esquecidas. O objetivo desses governos é não ter responsabilidade com essas áreas e sim com o pagamento das dívidas do estado. Prova disso é o Hospital Infantil Varela Santiago que está escolhendo crianças que poderão viver, pois foi obrigado a fechar suas UTIs por falta de recursos, deixando várias crianças sem atendimento.

O Hospital Parque dos Coqueiros, recém-constituído com o dinheiro público, feito para atender a população carente, tem sua administração entregue a uma empresa privada e já é intenção do governo privatizar todo o hospital.

Enquanto isso os municípios também estão obrigados a aceitar os hospitais da FNS (Fundação Nacional de Saúde), ou seja, estão sendo municipalizados, e as verbas deixam de existir. Não tendo como funcionar, os hospitais municipais encaminham os pacientes para a capital, o que contribui com a superlotação dos hospitais causando a morte de pessoas nos corredores.

Seguindo a mesma política de destruição dos serviços públicos, a prefeita Vilma de Faria implantou sua reforma administrativa pela qual destrói drasticamente a saúde. Impõe uma avaliação desempenho aos trabalhadores ao mesmo instante em que não oferece condições, rebaixa salários dos servidores em até 80% e objetiva demissões.

Num momento de crise do capitalismo, onde o governo federal retira recursos de áreas sociais para bancar a agiotagem dos grandes especuladores financeiros a mando FMI, Banco Mundial e BIRD, governadores e prefeitos colaboram repassando o peso da crise para os trabalhadores. As massas empobrecidas passam a sofrer com doenças simples como tuberculose, dengue, cólera, etc.

Só este ano no estado do RN foram registrados 9.500 casos de dengue, sendo 9 casos de dengue hemorrágica com óbito. A falta de assistência, juntamente com o desvio de verbas, faz com que a população sofra com a destruição da saúde pública.

É preciso a luta em defesa da saúde pública e gratuita para todos.

Abaixo a privatização dos Hospitais

Construção de mais hospitais para atender a toda população

Emprego a todos com salário de R\$ 1800,00, para que a população possa se alimentar e não adoecer.

O Parlamento é um antro de ladrões e a Justiça faz parte da quadrilha

As CPIs viraram motivo de piada. Terminam sempre em palhaçada. Os escândalos de desvio de dinheiro, negociatas com o dinheiro público, favorecimento de bilhões a banqueiros e toda sorte de roubo fazem parte do cotidiano do Estado. Quanto maior for a soma surrupiada, mais alto é o escalão dos chefes de quadrilha implicado. Vai de presidente do Banco Central, passa por ministros, chega ao presidente.

Em meio à Justiça, os juízes são os maiores laráprios. No parlamento, a promiscuidade não é menor. Começa pelo fato dos parlamentares, para se elegerem, se socorrerem do dinheiro de banqueiros, usineiros, industriais etc. São os famosos *lobbies*. Depois, aproveitam da legislatura para negociatas. Até mesmo vendem seus votos em favor deste ou daquele projeto.

Não é por acaso que as CPIs dos bancos e do Judiciário, que "investigam" desvio de bilhões, representa mais uma comédia.

O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) inocentou os laráprios ex-ministro Mendonça de Barros e o ex-presidente do BNDES que manipularam a privatização, favorecendo inclusive interesses próprios e familiares. Passaram de ladrões a vítimas; de vilões a heróis que defenderam os interesses do Estado.

Mas essa imoralidade é parte da economia capitalista. É comum capitalistas se quebrarem e continuarem ricos. Seus patrimônios ficam intactos. Mas os assalariados não recebem os salários e perdem os empregos. No caso de banqueiros, o governo os socorre, saneia o banco falido e o vende a outro banqueiro, que ganha muito

na transação.

O parlamento consente o rombo descarado nas contas públicas. Depois, vem governo e parlamento dizem à população que é preciso novos impostos, que a Previdência é o grande mal do país, que o estatismo trava a economia etc. Arrancam a pele dos explorados e os empurram para a miséria, enquanto que governantes e capitalistas jogam a vontade.

Ganhar as ruas contra a podre burguesia e governantes laráprios

A corrupção e esbanjamento de bilhões, quando se morre de fome, são sintomas da decadência do capitalismo. Toda tentativa de moralizar e sanear a podridão burguesa só serve aos exploradores.

A farsa das CPIs, tão cultivada pelos reformistas (PT), estalinistas (PCdoB) e centristas (PSTU), tem a função de ludibriar os trabalhadores. Os eleitores temem a desmoralização do Parlamento, dos governos e do Estado frente às massas famintas. Sua política é de canalização da revolta popular para soluções parlamentares e eleitorais. Isso explica por que a "batalha" em torno das CPIs vem acompanhada da preparação para as disputas eleitorais.

Os corruptos, como Antônio C. Magalhães, de repente aparecem como defensores da moralidade e da democracia saneadora. A direita e a esquerda burguesas procuram mostrar à população que apenas uma pequena parte do Estado está podre e que o quisto poderá ser extirpado pelo lado ético da política patronal.

Se os trabalhadores acreditarem

nessa política, certamente a burguesia continuará a fazer o que bem entende, assim como o Parlamento, o governo etc. Ao contrário, se os trabalhadores abrirem os olhos, verão que o problema está em suas mãos. É nas ruas, com as greves, bloqueios, ocupações etc que daremos um basta à corrupção e à miséria.

Não se trata de exigir "ética", "cidadania", "moralidade", "transparência" e outras bandeiras distracionistas do reformismo. Mas sim impor as reivindicações de emprego, salário, fim do entreguismo pró-imperialista, conquistar o controle operário da produção e expulsar a burguesia do poder. Através da luta, torna-se possível constituir os Tribunais Populares para investigar e julgar os crimes da burguesia. Essa é a resposta operária e revolucionária contra a burguesia e as quadrilhas que comandam o Estado. Fora com as CPIs dos corruptos e ladrões do povo! Ganhar as ruas e pôr em pé os tribunais populares! Chega de desemprego, fome e miséria!

Nacional



Construir um Tribunal Popular no RN para julgar e punir os crimes do governador Garibaldi e da prefeita Vila e demais setores das oligarquias corruptas

No RN, acontece um dos maiores roubos da história e do patrimônio público. A maior empresa do estado foi vendida por R\$ 600 milhões e, em seis meses, o governador gastou todo o dinheiro, ninguém sabe como. O valor aproxima-se da dívida total do estado, que atinge 800 milhões de reais.

Foi criada uma CPI para investigar esse escândalo, mas não resultou em nada, segundo os próprios deputados a CPI não apurou ainda nem 10% do valor investigado. O máximo que constatou foi o superfaturamento na construção de casas populares.

Por último, o governo propôs que

os trabalhos da CPI se encerrem, depois de 60 dias de enrolação. Os deputados da oposição apelaram para a justiça para tentar impedir o encerramento.

O POR tem atuado no movimento operário (Forum, professores, atos públicos etc.) denunciando as CPIs pelas mesmas serem uma variante da justiça burguesa. São formadas pelos próprios deputados e partidos patronais e reformistas (PT, PCdoB). Esses partidos e seus parlamentares são incapazes de ir a fundo na investigação contra a corrupção burguesa, porque todos estão comprometidos com o estado

burgues, suas instituições, sua democracia e a manutenção da governabilidade. Jamais esses deputados julgarão a burguesia, confiscarão seus bens etc.

Um deputado do PDT, membro da CPI, falou: "A CPI da COSER não é uma caça às bruxas, nem tampouco pretende condenar ninguém." Se um deputado da Frente Popular faz essa declaração, o que pensará um deputado governista da CPI, sendo o próprio governo investigado?

O POR tem dito que as CPIs são uma manobra da burguesia para iludir as massas, quando os corruptos são colocados a julgar a si mesmos.

O que os reformistas não dizem é

que a estatal foi entregue e os recursos obrtidos queimados em benefício do parasitismo financeiro e da corrupção politqueira. Enquanto isso, a população morre de dengue, cólera, tuberculose, viroses e outras doenças alimentadas com a fome, miséria da região mais atrasada do país.

A CUT, os sindicatos, as organizações estudantis devem desenvolver uma ampla campanha entre trabalhadores e estudantes, propondo nas assembléia de base a constituição de tribunais populares para julgar e punir os corruptos e recuperar a estatal.

Nada de seguir as CPIs! Tribunais populares é que podem julgar e punir de verdade!

Crise política arrasta as esquerdas atrás da saída eleitoral

O desdobramento da crise política aparece na defesa do "impeachment" pleiteada pelo PT. Uma bandeira distracionista e eleitoral. Os escândalos diários envolvendo diretamente o presidente da República vêm à tona devido a quebra do Plano Real e o processo de quebra de setores burgueses. As correntes internas ao Estado estão em plena luta sucessória. Isso quando faz apenas alguns meses da reeleição de FHC. Os reformistas sabem do tremendo impasse da aliança governamental e procuram tirar proveito com o "impeach-

ment", sabendo que não irá para a frente enquanto o governo contar com o apoio do imperialismo e das frações mais poderosas do grande capital nacional. Enquanto fazem demagogia com o afastamento constitucional do governo, sua burocracia sindical colabora com os capitalistas, que diariamente demitem centenas e sustentam o arrocho salarial.

Os centristas levantam o Fora FHC e eleições gerais. Seguem a mesma trilha de Brizola e algumas lideranças do PT que defendem o afastamento de FHC e convocação de eleições presidenciais. A linha de se livrar do governo neoliberal pela via da democracia burguesa une os reformistas com os centristas (PSTU etc) e estalinistas. Tal estratégia objetiva manter os explorados sob a política originada do Estado burguês, nas condições de naufrágio da diretriz econômica de FHC e explosão de crises na aliança governa-

mental.

A chamada aos oprimidos para que se ponham a pressionar o parlamento corrupto a fim de que este aprove a antecipação das eleições é um caminho de paralisia e derrota para os movimentos, que devem se colocar pela via da ação direta.

O POR levanta a bandeira de "abaixo o governo antinacional e antipopular", tendo por base a mobilização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações vitais (salário mínimo real, escala móvel das horas de trabalho etc). Frente à corrupção e à farsa das CPIs, mostramos a situação de fome, desemprego e miséria, defendendo o movimento grevista, ganhar as ruas e organizar os comitês unitários. Nossa bandeira de Tribunal Popular indica o caminho da independência de classe e serve para mostrar que só a classe operária pode pôr fim à imoralidade burguesa.

A indicação do torturador para a PF

A indicação e demissão do diretor geral da Polícia Federal José Campelo: O aparato repressivo vive como um organismo independente no interior do Estado burguês. A canalhada que se responsabiliza pela repressão centralizada pretende se manter intocável pelas disputas entre os bandos capitalistas. Ultimamente, tem sido

chamada para agir, de acordo com a tendência geral de aumento da repressão contra os movimentos e de acirramento da crise política. A sua militarização é um passo no sentido do recrudescimento dos ataques aos movimentos. O comando foi passado a um comprovado ex-torturador. As disputas entre os partidos que sustentam o governo FHC, em especial com o PMDB que detém o Ministério da Justiça, projetaram o debate sobre o caráter do crápula. Sua permanência foi preservada mesmo diante da comprovação total de sua participa-

ção em tortura. O governo teve de negociar com a corporação a sua renúncia e substituição.

O chama a atenção à evolução da repressão política, e convoca as organizações de massa e as correntes e partidos a combatê-la. Defendemos a luta unificada contra a repressão, fim dos processos e perseguições políticas e pela libertação dos presos políticos. E a ligação dessa luta com as reivindicações mais sentidas pelas massas.



A chapa dos Felícios (Articulação) vence com um terço dos votos e dois terços contra

Educação

Com uma diferença de poucos votos (1995), a chapa 6 presidida por Maria Izabel (Bebel) venceu a chapa 5 da ex-parlamentar do PT Bia Pardi (também Articulação). A chapa 5 obteve 18776 votos (29,75%) e a 6, 20771 (32,93%). Tanto a 5 quanto a 6 disputaram palmo a palmo os votos dos professores do interior. Isso porque sabiam que seriam derrotadas na capital. A chapa de Bebel conseguiu 2020 votos e Bia Pardi 2287. Venceu, na capital, a chapa 4 (uma frente do PT/ASS com o PSTU) com 3969 votos (37,23%). Na Grande São Paulo, esta derrotou as duas alas da Articulação com 4811 (40,52%) contra 1771 (14,92% - chapa 5) e 2704 (22,77% - 6). Como se vê, as três chapas (4, 5 e 6) petistas, com apenas diferenças de grau, confundiram o professorado. A chapa 4 posou de oposição, denunciando o colaboracionismo da 5 e 6. Por sua vez, Bia Pardi tratou de ganhar o eleitorado dizendo ser "renovação" e condenando a oposição. E a porta-voz dos Felícios (6) denunciou o oportunismo e o colaboracionismo de Bia Pardi com o governo. Certamente, tudo isso tem efeito apenas eleitoral. Logo mais se aliarão na defesa da política reformista do PT e seus métodos de conciliação com o governo.

A chapa 1, dirigida pela Liga (LOI), fruto da divisão em torno da Carta de Princípios da chapa 2, obteve 2746 votos e esteve na campanha com um programa semelhante ao da chapa 4. Causa Operária, que pretendia se aliar com o PSTU (4) e que em seguida orçou sua presença na Convenção, convocada pelo POR, LOI, Coletivo e independentes, sob a base da Carta de Princípios do dia 2 de maio, após a rejeição por ambos, tratou de constituir a chapa 3, dirigida pelo exitista José Luiz. Esta conseguiu 1939 votos (3,07%).

A chapa 2 foi composta pelo Partido Operário Revolucionário (POR), uma parcela dos militantes do Coletivo dos Trabalhadores e independentes e se diferenciou da 1 e 3 por estar sob a base do programa e Carta de Princípios revolucionários. Sem atenuantes, defendeu o método da ação direta (luta de classe), a unidade dos trabalhadores para derrubar o governo e seus planos antinacionais e antipopulares. Obteve 2221, ou 3,52% dos votos. Sendo que venceu a 1 e 3 na Grande São Paulo (chapa 2, 835 -7,03% contra

579 - 4,88% da chapa 1 e 663 -5,58% da 3). Na capital e Grande S. Paulo: Lapa, 251 (18,90%); Mauá, 254 (24,71%); Poá, 118 (23%); Suzano, 121 (22,74%); Penha, 163 (14,55%); Diadema, 72 (12,52%); Franco da Rocha, 130 (15,48%); Itapevi, 50 (17,30%). No interior, Itapeva, 130 (15,64%); Araraquara, 68 (8,8%); Baixada Santista, 55 (3,9%); São Carlos, 21 (4,96%).

A vitória da chapa 6 é a vitória da política de conciliação com o governo

A Articulação, ala dos Felícios, aparentemente terá de dirigir a Apeoesp extremamente dividida. Dizemos aparentemente porque a cisão da Articulação foi de cunho aparelhista. Duas alas de burocratas disputaram a direção de um sindicato com mais de 130 mil sócios, portanto uma arrecadação milionária. A ala dos Felícios acusava os seu adversários momentâneos de serem pró-governo, de aceitarem a municipalização (reforma do ensino), de ser formada em função da disputa de cargos, de nunca terem discordado nos congressos e assembleias, de serem oportunistas e se aliarem a Bia Pardi após sua derrota nas eleições parlamentares, quando apareceu com a fachada de "oposição" à diretoria.

Por sua vez, a chapa da Bia Pardi não deixou de acusar os Felícios. Apoiou-se no descontentamento da classe com a direção da Apeoesp para acusá-la de centralizadora e de defender métodos que não mobilizam. Em contraposição, apresentou um programa mais conciliador ainda do que a chapa 6. Não escondeu a defesa da municipalização. Com a bandeira de fortalecer os conselhos gestores e municipais da educação, órgãos criados pela reforma neoliberal do ensino, a chapa 5 foi fundo na defesa de um sindicato pró-reforma governamental e escancarado ao assistencialismo. Com o slogan "objetividade e rapidez no atendimento", a ala Bia Pardi mostrou a face mais direitista da Articulação sindical.

Ambas as chapas da Articulação/PT, aliadas inseparáveis de quase duas décadas de Apeoesp, trocaram algumas farpas na campanha eleitoral. Porém, logo mais farão frente contra os setores que se oporão às medidas governamentais de destruição do ensino público e demissão. Isso porque combatem duramente os

métodos de resistência e luta de classe contra o Estado. São radicais no rechaço à greve e à ação direta e se apóiam inteiramente nos métodos parlamentares de pressão. Por outro lado, têm como aliados a chamada "sociedade civil", que inclui setores da burguesia. Obscurecem a distinção de classe, fundamental na luta contra o Estado capitalista. Na medida em que o governo impor mais medidas contra os professores e a educação gratuita, a Articulação constituirá novamente um único corpo para combater todos aqueles que defendem a organização grevista da classe.

Portanto, a vitória da chapa 6 significa o continuísmo da Articulação. Ou seja, da política reformista do PT.

Os votos obtidos pela chapa 4 (PT e PSTU), sob a base de um programa oportunista

A chapa 4 foi formada após inúmeras tentativas de unificação com o setor de Bia Pardi. A unificação da oposição (a qualquer custo), através de um programa mínimo de consenso, tem sido o método do PSTU e da ASS para "derrotar a Articulação". O PSTU ludibria os professores com a idéia de que uma chapa de oposição, nascida às vésperas das eleições, com um programa frouxo, composta desde a ala descontente da Articulação até os mais à esquerda do PT, seria um avanço político para a classe, pois teria força para derrubar a burocracia encastelada há mais de 15 anos na



Apeoesp e seria mais democrática no condução do sindicato.

Ao contrário, a unidade da oposição se constrói na luta cotidiana contra o Estado e a burocracia conciliadora da Apeoesp. Uma frente opositora revolucionária terá de ser constituída sobre a base de idéias

programáticas. O PSTU fala na unidade geral da oposição unicamente com fins eleitorais. Às vésperas das eleições, são os propagadores da unidade e acusam todos os que condenam esse oportunismo eleitoreiro de "sectários, divisionistas e de responsáveis de tirar votos da Oposição". Esse método utilizado pela chapa 4 é próprio da luta aparelhista, ou seja, ganhar o aparelho sindical. E nada tem a ver com a construção da fração opositora à burocracia da Apeoesp, que requer o combate sistemático pelas idéias classistas. A posição do PSTU de se unificar com uma ala do reformismo petista sob a base de um programa centrista impossibilitou a unidade à esquerda. O POR rejeitou a unidade sem princípio e rechaçou o programa oportunista.

A chapa 4 utilizou o mesmo expediente da Articulação (5 e 6). Buscou os apoiadores entre os parlamentares e políticos do PT. Procurou dar ares de legalismo e de democracia parlamentar. O convencimento dos professores, nas escolas, era feito, em boa parte, pelos apoiadores, fato que se repetiu no dia das eleições. O exitismo (aparecer como uma grande oposição) tomou conta de sua campanha eleitoral. Método esse de grande uso pelos burocratas da Articulação.

Após os resultados das eleições, a chapa 4 culpa as outras chapas de oposição de impedir a derrota dos Felícios. Nada mais falso. A der-

rota dos Felícios será parte da construção de uma oposição programática, revolucionária. A oposição de fachada eleitoral só serve para ludibriar os professores e retardar o fim da política de conciliação. Nas eleições passadas, o PSTU se aliou ao PCDoB. Hoje, o PCDoB se juntou novamente à Articulação (6). Esse zigzag é próprio dos aliados circunstanciais e aparelhistas.

A chapa 2 foi a expressão do programa revolucionário

O programa da chapa 2 dizia: "O trabalhadores da educação se defrontarão nessas eleições com várias chapas. Nosso desejo é que houvesse uma unidade opositora contra a burocracia sindical da Articulação e seus aliados. Entretanto, isso não foi possível. A razão está em que tal unidade dependia e depende das idéias programáticas. Sem a defesa dos princípios revolucionários e do programa de reivindicação classista, a oposição não faria senão reproduzir o sindicalismo burocrático e conciliador. Ao contrário disso, esta chapa expressa princípios e programa de luta pela destruição do capitalismo, de onde vem todas as chagas sociais que sacrificam a vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, defende a construção da sociedade sem classes, o socialismo. Não amenizamos as idéias e as posições políticas para ganhar votos e unificar correntes opostas. Temos as eleições como um momento de expor para os trabalhadores da educação o programa revolucionário..."

Sobre a base desse programa, os militantes da chapa 2 participaram das eleições e obtiveram 2221 votos. Enquanto as demais chapas limitaram a questões conjunturais, a chapa 2 defendeu um programa estratégico, em que a defesa sindical da vida dos trabalhadores e da educação conduz ao objetivo histórico de destruição do capitalismo. Diante do problema concreto da militarização das escolas, somente a Chapa "Oposição Revolucionária" levantou a bandeira "Fora a polícia da escola". A 5 e a 6 atuaram com a bandeira hipócrita de "Paz nas Escolas", admitindo a tutela da polícia. As demais fizeram apenas denúncias demagógicas de que a polícia agravaria a violência. Procuraram evitar a resposta concreta de "Fora a Polícia da Escola".

A chapa 2 atuou com o jornal Oposição Revolucionária e, no final da campanha, com o encarte do Jornal da Apeoesp, destinado à chapa, onde trazia toda a Carta de Princípios. Nas regiões onde havia membros da chapa 2, a campanha pelo programa realmente existiu. Os militantes percorreram as escolas e realizaram

discussões com os professores. Os debates gerais com as outras chapas quase não existiram. Foram raras as regiões e cidades que organizaram e convocaram os professores para tais debates. As visitas às outras cidades não foram possíveis, em grande parte pelas condições de trabalho de todos os integrantes da chapa, não havia ninguém liberado. Dessa forma, os votos conseguidos, levando em conta o programa e as condições de militância em torno dele, representam uma vitória para aqueles que de fato querem construir uma fração revolucionária para pôr fim à burocracia sindical.

A votação da chapa 2

Nas subseções da capital: Oeste-Lapa, 251; Leste Mooca, 3; Leste Penha, 163; Tatuapé, 19; Vila Prudente, 10; Norte, 30; Santo Amaro, 68; São Miguel, 43; Centro, 10; Sudoeste, 3; Itaquera, 42.

Na Grande São Paulo: Carapicuíba, 30; Cotia, 22; Diadema, 72; Franco da Rocha, 22; Guarulhos, 28; Itapevi, 50; Itaquaquecetuba, 28; Mauá, 254; Moji das Cruzes, 23; Osasco, 19; Poá, 118; Santo André, 25; São Bernardo, 24; São Caetano, 6; Taboão, 15 e Suzano, 121.

No interior, Americana, 21; Araraquara, 68; Baixada Santista, 55; Barretos, 10, Bauru, 12; Campinas, 32; Catanduva, 14; Franca, 15; Hortolândia, 29; Itapetininga, 18; Itapeva, 130; Jundiá, 16; Moji Mirim, 11; Piracicaba, 18; Presidente Prudente, 10; Rio Claro, 17, Ribeirão Preto, 9; São Carlos, 21; São José dos Campos 16; Sorocaba, 25; Taubaté, 19; São Roque, 12. Publicamos somente as cidades com mais de 10 votos.

A importância dessa votação está no programa. Nesse sentido, a continuidade da defesa do programa está na construção de uma verdadeira oposição. Dar expressão a essa votação é se colocar na tarefa de formar a oposição. O ponto de partida foi dado com o programa da Oposição Revolucionária.

A chapa 2 nas regiões Oeste e Penha (capital)

Na região Oeste-Lapa, a chapa 2 participou das eleições para o conselho com 8 professores. Desse total, 4 foram eleitos para o Conselho Estadual e 3 como suplentes.

Na Leste Penha, participou com 2 professores. Sendo que 1 foi eleito para o Conselho Estadual.

Nessas duas regiões, o trabalho de divulgação do programa e debate das idéias foi o centro da campanha eleitoral da chapa 2. Estamos convocando os professores para a avaliação e continuidade desse movimento pela construção da "Oposição Revolucionária".



Violência e educação

O consumo crescente de drogas pela juventude, as mortes por assassinato nas escolas, a formação de quadrilhas juvenis, a gravidez precoce etc têm assustado o governo e a burguesia que se vêem na contingência de responder pelo seu sistema social em decomposição. Qual a solução? Desencadeiam, por intermédio dos meios de comunicação, campanhas que combinam a exortação de mais polícia e catequese religiosa-moralista. Esta última baseada na idéia de que é preciso despertar a juventude para os valores da cidadania, da família e do humanismo. Mas sem dispensar a presença da polícia, disfarçada pela máscara do comunitarismo, dos direitos humanos etc. Não faltam propostas como o de mutirão cultural, parceria entre escola e comunidade etc.

No fundo desse movimento governamental (mascarado como sendo espontâneo da comunidade), apoiado pela burocracia sindical com seu lema de "paz", está a militarização das escolas. Policiais as ocupam e passam a exercer autoridade sobre alunos, professores, funcionários e diretores. Não poderia faltar a arbitrariedade estatal: as revistas generalizadas dos estudantes, ameaças,

disciplinamento etc.

Um fato chamou nossa atenção. A chapa "Oposição Revolucionária", que concorre às eleições da Apeoesp, colocou em seu programa "Fora a polícia da escola". Num dos debates, a polícia interferiu ao ver a bandeira no cartaz. É um indicador da presença político-repressiva, que se voltará contra o movimento dos professores e estudantes.

O governo se aproveita dos acontecimentos marginais envolvendo a juventude para implantar sua política repressiva aos movimentos sociais. A militarização da vida social é a tendência do capitalismo que se desintegra e provoca desemprego, fome e miséria. A educação não passará incólume à militarização. Ao contrário, está e estará mais ainda em foco, uma vez que concentra uma juventude desempregada, um ensino obsoleto e uma total falta de perspectiva para as novas gerações.

É fácil, por um tempo, ludibriar com a solução de militarização da escola. Entretanto, essa via só resultará em mais obscurantismo e violência marginal-policial.

Quem pode dar a resposta correta é o movimento social, revelando que a raiz dos males que envolvem a ju-

ventude está no capitalismo, que retira dos explorados o que há de mais fundamental: o emprego. Compreendendo isso é que o POR levanta a bandeira de "Fora a polícia da escola", que o governo e os capitalistas assegurem que todo jovem passe uma parte na produção trabalhando por um salário mínimo real e que outra parte passe estudando.

Dirão que isso é impossível. Então continuaremos a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem. E pela implantação de uma escola vinculada à produção social, através da qual os trabalhadores e seus filhos superarão o servilismo educacional.

Como se vê, a educação é compatível e necessária para a produção social e totalmente avessa ao militarismo capitalista.

Movimento Operário



SP: Professor é perseguido por informar alunos e usar roupas "diferentes"

Os alunos da Escola Sebastião Moraes Cardoso foram obrigados a pagar 5 reais pelo crachá de identificação. Sem ele, por falta de dinheiro, muitos chegaram a ser impedidos de entrar na escola pública. O Prof. Erlon Chaves informou os alunos da impossibilidade da aplicação daquela proibição, o que gerou muita revolta entre alunos e pais contra a arbitrariedade da direção e coordenação da escola. Estes resolveram acionar Erlon juridicamente. A acusação é a de insuflar os alunos e andar vestindo uma sandália, caracterizada como "roupa de guerrilha".

É dever de todos os movimentos se solidarizar com o professor e exigir o fim da perseguição política.

Repressão em Natal:

A constituição de um grêmio numa escola em Natal tem gerado uma repressão da parte da diretoria contra os estudantes e suas lideranças. As notas (boletins) da Corrente Proletária Estudantil tiveram como resposta da diretoria ameaças, que foram imediatamente denunciadas.

A seguir, a direção da escola apresentou uma proposta para um novo regimento. Seu conteúdo é ampliar o controle e poderes da diretoria na escola. O objetivo é intimidar os estudantes e reprimir as lideranças.

A organização estudantil só pode se impor pela mobilização e organização dos alunos. A convocação de uma assembléia pode se constituir num instrumento poderoso para esse fim assim como combater as ameaças da direção. A união da luta pelas reivindicações estudantis com o combate à repressão é a linha proposta pelo POR.

Rondônia: a conciliação com o governo é a derrota dos professores

O sindicato (SINTERO) tem limitado a campanha a pequenas mobilizações nas escolas, a fim de formar uma comissão de negociação e chegar a um acordo com o governo. A Corrente Proletária na Educação (CPE) defendeu a deflagração da greve, unificando a luta dos professores e ocupação da prefeitura em detrimento da comissão para negociação. Ao rechaçar as posições do SINTERO, a CPE reivindica a unificação das lutas dos trabalhadores em educação junto à luta de todos os explorados. Defendemos a unificação das assembléias de estaduais e municipais, contra a divisão imposta pela direção sindical.

Repressão em Porto Velho

Foi na Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Olavo Gomes Pires, quando o diretor daquela escola - professor Orici, ao ler o Boletim da Corrente Proletária da Educação, divulgado na última as-

sembléia, faz uma ameaça de violência física contra a professora Maria das Graças, a quem o mesmo atribui a responsabilidade pelo escrito no Boletim. Esta ameaça tem caráter de crime, e um crime de classe, que precisa ser denunciado e rechaçado pelos companheiros do movimento.

A Corrente Proletária tem dentre outros, o papel de defender os servidores da educação pública e àqueles que necessitam deste serviço. Àqueles que se ofendem com esta defesa são efetivamente, os servidores de plantão, defensores do sistema capitalista de opressão, ou mesmo o próprio capitalista.

É dever de todo movimento operário rechaçar qualquer nível de repressão e opressão da burguesia e de seus representantes sobre os oprimidos. Para tal, é preciso construirmos direções revolucionárias para todas as entidades de lutas. É preciso unificarmos estas lutas em todas as instâncias de serviços, se quisermos atingir nossos objetivos de destruição do capitalismo, responsável por todas as mazelas vivenciadas pelas massas (miséria, desemprego, atraso e arrocho salarial, superexploração no trabalho, cortes de verbas para atender aos serviços públicos, como saúde, educação etc., contribuindo para a privatização destes serviços, prostituição, tráfico de drogas, repressão sobre os trabalhadores, etc).

Esta ofensiva da repressão capitalista se faz sentir sobre os trabalhadores em geral e os militantes de todas as categorias trabalhistas, principalmente sobre àqueles que já atingiram uma maturidade política de luta contra o poder opressor. No setor eletricitário por exemplo, que também vem cumprindo o que determina a política do imperialismo privatização dos serviços, a brutal ofensiva que já vem apontando para uma nova avalanche de demissões, agora recai sobre sobre grande companheiro de luta - Eronides, que já denunciemos quanto a sua prisão, no dia 7 de abril (dia mundial da saúde), quando estávamos denunciando o descompromisso dos governos capitalistas para com os serviços públicos no tocante a assistência à saúde das massas. Hoje, este companheiro se encontra demitido e proibido pelo platonista defensor do capitalismo, de entrar naquela casa onde tem prestado serviços e que poderia ser pública. Estas medidas fazem parte da tão preconizada democracia que sê existe efetivamente só para uma classe (a burguesia).

Para dar um exemplo das políticas privatizantes, que vêm atacando a vida das massas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Olavo Gomes Pires, onde funciona o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), que em sua essência traz estas medidas, os efeitos já se fazem sentir, desde as taxas que foram cobradas no ato da matrícula, a superlotação de alunos nas salas de aula, bem como o desfalque de pessoal de apoio, o que leva professores e demais funcionários que se encontram na escola, a serem explorados- com a aplicação da "Qualidade Total na Educação" (aplicação da superexploração capitalista na educação), responsável pelo aumento do desemprego de professores e funcionários. Todos realizam todo e quaisquer tipo de serviço, contanto que possam satisfazer a aparência de uma escola que funciona "bem".

Esta política de "qualidade total" vem sendo aplicada em todos os serviços, pois trata-se de uma política ditada pelo Banco Mundial para explorar a mais-valia dos trabalhadores nos países de economia capitalista atrasada como o Brasil, em benefício do pagamento da dívida externa para beneficiar o capital parasitário.

Ademais, os salários dos trabalhadores em educação do Município de Porto Velho são ainda mais arrochados, beiram a miséria, fazendo parte do seguinte quadro: Funcionários de Apoio R\$ 130,00; Professor Magistério R\$ 220,00; Professor com Licenciatura Plena R\$ 270,00. Somam-se, já, cerca de sete anos que os salários dos servidores municipais não são reajustados, mas aumenta sim, a precariedade no trabalho, enquanto que o custo de vida aumenta dia-a-dia, tornando os trabalhadores cada vez mais debilitados com pouca energia física para dar conta da sobrecarga de trabalho que lhes é imposta.

A Corrente Proletária da Educação reivindica que o SINTERO apresente uma moção de repúdio à atitude do diretor da Escola Municipal Senador Olavo Gomes Pires, na pessoa do professor Orici, pela sua ameaça de violência física à professora Graça, que presta serviço naquela escola, atitude esta que mete medo nos servidores da escola quanto ao compromisso com o movimento de luta da categoria.

Tudo isto faz parte da brutal ofensiva imposta pelo pacote FHC/FMI (imperialismo), que ataca violentamente todas as categorias trabalhistas, cujos ocupantes de cargos comissionados dos vários setores são convidados a fortalecerem esta empreitada capitalista de opressão e repressão sobre os trabalhadores. Dentro desta empreitada, o governo de Rondônia, José Bianco, e o prefeito Carlinhos Camurça e seus colaboradores, ao seguirem a cartilha do capitalismo, vem implementando medidas de privatização da previdência da saúde dos servidores públicos do Estado (IPERON), encontra-se em processo avançado de extinção, bem como a Previdência Municipal (IPAM) que desde o ano passado temos feito várias denúncias que já funciona precariamente, encontra-se neste mesmo processo.

É preciso compreendermos que todos esses problemas que vêm atacando a vida dos trabalhadores não serão resolvidos por vias eleitoreiras como sugerem os partidos reformistas como PT e PCdoB, que alimentam ilusões entre os trabalhadores, ou através de acordos como fazem os burocratas que lideram o movimento sindical, que só reforçam o poder capitalista de exploração das maiorias e retardarem a formação de consciência política das massas.



Publicamos abaixo trecho da carta aberta distribuída pelo Comitê Permanente em Defesa da Escola de Sociologia e Política

Desde o segundo semestre do ano passado, a direção da Fundação criou um clima de intranquilidade e mal estar, mediante ameaças de demissões de professores e funcionários sem qualquer justificativa acadêmica ou profissional. Anulou arbitrariamente o regimento da Escola, em vigor desde 1991, e impôs um regimento ditatorial, que elimina os Departamentos, o Conselho Departamental, a Congregação e a eleição para diretor. Neste "regimento", a direção da Mantenedora nomeia o diretor e pronto. Recentemente, o MEC reconhecem que o regimento em vigor é o aprovado em 1991 (Parecer 683/91).

Mas o golpe sujo contra a Escola veio no período de férias, em dezembro de 1998. Na calada da noite, a direção da Mantenedora demitiu dois professores: Edmilson Costa e Heloísa Pagliaro, representantes dos professores-doutores e professores-mestres na Congregação. Essas demissões foram não apenas uma provocação, mas também uma ofensiva para destruir a Escola e transformá-la num varejão qualquer, despido do caráter científico e do espírito crítico que sempre caracterizou a Escola. As demissões foram assumidamente políticas, pois os professores demitidos (ex-diretor e ex-vice-diretora da instituição no período de 1995/97), além de terem realizado um grande trabalho de reconstrução da ESP, possuem significativa produção acadêmica. A direção da Mantenedora imaginou que, realizando as demissões no período de férias, a comunidade iria esquecer o problema no início das aulas e, assim, estaria aberto o caminho para a destruição da ESP. Subestimaram nossa tradição de resistência. Nas férias, uma assembléia de professores e alunos decidiu desconsiderar as medidas tomadas pela mantenedora e, posteriormente, em protesto contra as demissões, o diretor, Prof^o Júlio Assis Simões, e o vice-diretor, Prof^o Douglas F. Barros renunciaram aos seus cargos, e os demais órgãos da instituição também protestaram contra esta medida.

Na volta às aulas, a comunidade ampliou sua mobilização e, posteriormente, a Congregação anulou as decisões, reconduzindo aos seus respectivos cargos os professores demitidos. Numa assembléia, os alunos decidiram referendar as medidas tomadas pela Congregação. Criou-se assim um impasse entre a Mantenedora e a Escola, que continua até hoje. O professor Edmilson Costa, de Economia, cumprindo as decisões da Congregação e da assembléia dos alunos, passou a dar aulas normalmente. A direção da Mantenedora tentou cooptar professores e fazer terrorismo junto aos alunos mas não teve êxito: a comunidade permaneceu firme na defesa da Escola.

Desesperada, a direção da Mantenedora nomeou um interventor para a ESP, Jorge B. J. Duque Estrada, com

o objetivo de "reestabelecer a normalidade". Num ato sem precedente em nossa história acadêmica, foram contratados seguranças particulares para impedir a entrada dos professores demitidos. Numa segunda-feira, 12/04, quando entrava na Escola, o professor Edmilson Costa foi barrado bruscamente na porta pelo "segurança", o sr. Josué de Freitas. Os alunos mobilizaram-se, cercaram o segurança, arrancaram de suas mãos o professor, e garantiram sua presença na sala de aula. Imediatamente, realizaram assembléia, onde decretaram greve até que os seguranças fossem afastados da ESP.

A Direção da Fundação finalmente recuou. Retirou os seguranças da Escola e, num gesto ridículo, afirmou que a presença destas figuras fora um "equivoco e um mal entendido". Mas insiste em não revogar as demissões, nem anular o regimento ditatorial. A situação está tensa, pois o "interventor" permanece cometendo ilegalidades e nossa autonomia acadêmica ainda não foi restaurada.

Mas a situação da Mantenedora está cada vez mais difícil, uma vez que o Centro Acadêmico "Florestan Fernandes" entrou recentemente (em 27/03/1999) com representação no Ministério Público do Estado de São Paulo = Procuradoria das Fundações, para que este órgão analisasse as atividades que a Fundação vem realizando nos últimos anos, tais como: o assessoramento na implantação do P.A.S., nos projetos de privatizações dos serviços públicos de várias prefeituras, entre outros contratos, bem como o destino e aplicação das verbas recebidas. A comunidade espera que tudo isto seja esclarecido o mais breve possível.

De nossa parte, vamos continuar resistindo. A comunidade acadêmica da ESP nunca foi derrotada pelo autoritarismo nem pelo obscurantismo. Quem resistiu com firmeza à ditadura militar, não recuará agora nestes tempos de neoliberalismo.

Contamos com sua participação no sentido de resgatar o valor e a importância social da ESP, aguardarmos sua visita, para que possamos juntos garantir a autonomia acadêmica.

Denúncia



COMITÊ PERMANENTE EM DEFESA DA ESP

Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque

São Paulo - SP - CEP 01223-010

Fone: (011) 3119 0629 / 256 1552

e-mail: florestanvive@zipmail.com.br

Nossa campanha em defesa de Vilma Plata

Publicamos no Massas 172, a libertação de Vilma Plata graças à luta dos trabalhadores. Aqui no Brasil, a vanguarda militante, ainda que uma parte discrepe de nossas

posições, responderam positivamente. Ainda agora, recebemos a Moção de Repúdio da Regional Apeoesp de São Bernardo do Campo. Publicamos abaixo a Moção.

Internacional



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CM** e **CUT**

MOÇÃO DE REPÚDIO

A POLÍTICA REPRESSORA DO GOVERNO HUGO BANZER, DA BOLÍVIA.

Em reunião extraordinária do Conselho de Representante da APEOESP da subseção de São Bernardo do Campo, seus membros foram unânimes em exigir a imediata libertação da professora Vilma Plata, liderança do movimento dos professores bolivianos e vítima da política de repressão do governo de Hugo Banzer.

Aprovamos também, uma contribuição financeira no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que será enviado para o Partido Operário Revolucionário.

Fernando de Souza
Coordenador geral
subseção de São Bernardo do Campo



IMPERIALISMO: FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

O POR concluiu em Rondônia o curso de formação política sobre o livro de Lenin, escrito em 1916.

O imperialismo é a fase mais avançada do capitalismo, caracterizado pelo domínio dos monopólios sobre a economia; fim da concorrência; fusão dos capitais industriais e bancários no capital financeiro; transformação das fronteiras nacionais em obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas; conformação de uma economia mundial caracterizada pelo domínio de uns poucos países desenvolvidos dominando e oprimindo a esmagadora maioria dos restantes, mantidos no atraso; término da partilha do planeta entre as potências; disputa bélica entre elas pela repartição dos mercados; tendência às guerras e revoluções. Enfim, é a fase de decomposição do sistema econômico, quando se colocam de modo mais agudo as contradições internas do modo de produção.

a luta entre os países imperialistas por espaço para dar asas a ganância própria

deste sistema, surgem as guerras bélicas como a atual intervenção da OTAN nos Balcãs, onde lutam pela partilha e domínio do mercado mundial e de pilhagem das riquezas naturais e de superexploração de serviços dos trabalhadores dos países semicolônias.

As políticas aplicadas nesses países são orientadas através de projetos do imperialismo (o neoliberalismo) e recaem sobre os oprimidos, destruindo as conquistas de direitos advindas das lutas nos movimentos sociais. No Brasil, este projeto se traduz nas consequências advindas da aplicação do Plano Real, que tem sido responsável pela elevação da taxa de desemprego e das condições de miséria em todo país. A quebra deste plano agrava ainda mais a vida dos trabalhadores, na medida em que reduz investimentos na saúde e educação, e aumenta os ataques aos salários, agravando a crise política, os escândalos financeiros etc.

O imperialismo, que gestou este plano para melhor saquear o País, o derrubou também pelo mesmo motivo.

Para aprofundar a discussão acerca da atualidade do pensamento marxistaleninista, comprovada pela prática histórica da humanidade, o POR organizou esse curso de formação política. Para informações sobre outros cursos, consulte o distribuidor deste jornal.

Imperialismo e América Latina

Na reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos), realizada na primeira metade de junho, na Guatemala, os Estados Unidos propuseram a constituição de uma "força de intervenção no Hemisfério Ocidental, com o objetivo de defender a democracia" (Folha, 11/6). Apesar dos governos latino-americanos serem reféns do imperialismo norte-americano, não tiveram a ousadia de aprovar o intervencionismo.

Mas a proposta não foi rejeitada definitivamente. Na próxima assembleias da OEA, a ser realizada em junho de 2000, os EUA retomarão sua investida. "O governo brasileiro declarou não ver qualquer risco nesse tipo de intervenção". O que indica total submissão aos donos do mundo.

Um exemplo citado de necessidade de intervenção, se tal força já existisse, foi o da crise recente no Paraguai. A "defesa da democracia" significa subordinar as forças armadas dos países semicoloniais diretamente ao imperialismo. Isso permitiria aos EUA intervirem em qualquer conflito na América Latina.

O objetivo central é o de combater os movimentos revolucionários que se desenvolvem em nosso continente, impulsionados pela desintegração do capitalismo. Mas o objetivo estratégico dos Estados Unidos é mais amplo. Sua investida vem no sentido de subordinar mais fortemente os Estados latino-americanos aos interesses do capital monopolista e financeiro.

A crise mundial empurra o imperialismo a submeter mais rigidamente as semicolônias às suas diretrizes econômicas, políticas e sociais, bem como militares. Essa linha intervencionista se refletiu na guerra da OTAN contra a Iugoslávia. Em meio a tal acontecimento, a Inglaterra retomou a proposição de transformar a OTAN numa força universal de intervenção.

A proposição intervencionista exposta na Assembleia da OEA é parte dessa estratégia mais geral. Na realidade, a intervenção já existe. Nos países mais débeis, como Bolívia, Colômbia etc, a presença militar dos Estados Unidos é ostensiva. Através da justificativa de combater o narcotráfico, o imperialismo ianque tem penetrado no Estado, nas forças armadas e montado uma rede de espionagem.

A maioria dos governos não dá um passo sem a presença dos agentes norte-americanos. O governo Clinton pretende que a OEA legalize o intervencionismo já existente e que o amplie. Verificamos isso nas três metas indicadas na proposta norte-americana: a) criação de um serviço de inteligência regional; b) criação de serviços de especialistas; b) apoio da instituição a negociações locais. (Folha). A força militar intervencionista indica uma tendência da reação internacional de centralizar totalitariamente os Estados semicoloniais. O intervencionismo é antidemocrático. O imperialismo suprime até mesmo a formalidade democrático-burguesa de soberania nacional e de autodeterminação dos povos. Como vemos, estamos diante da reação em toda linha.

O proletariado tem pela frente o combate antiimperialista. A burguesia nacional latino-americana se acha atada aos interesses do grande capital e tem de se apoiar nas potências para combater as lutas sociais. O proletariado é a classe revolucionária capaz de constituir uma frente única antiimperialista, que reúna a maioria nacional oprimida contra a opressão nacional e social.

A chave da situação convulsiva está em construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que resultará da reconstrução da IV Internacional. A tarefa de pôr em pé os partidos revolucionários em cada país, baseados na aplicação do Programa de Transição (redigido por Trotsky para a IV Internacional), é fundamental.

A resistência antiimperialista das massas crescerá na mesma medida que estas tenham de defender suas vidas. Mas o rechaço antiimperialista só triunfará se a vanguarda se colocar à altura da situação convulsiva, defendendo a estratégia da revolução mundial. Esta só pode se expressar no partido revolucionário.

Fora o intervencionismo imperialista! Autodeterminação dos povos! Derrotar a classe capitalista com a arma da revolução proletária!

Amazônia na mira das potências

Uma parcela dos militares está preocupada com os pronunciamentos de porta-vozes das potências quanto ao interesse estratégico com a Amazônia. O comandante da região declarou na CPI da Funai que as potências, em nome da proteção do meio ambiente e de que a Amazônia é um bem da humanidade, tem por meta o intervencionismo. Reconheceu que "o princípio de não-intervenção começa a ser posto de lado, como consequência da globalização". E revelou que o interesse real pela Amazônia corresponde ao fato de possuir "um quinto da disponibilidade de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais e riquezas de subsolo".

Esse é um velho assunto, que de vez em quando é requeitado pelos militares. Há uma tendência que justifica a necessidade de ocupar a qualquer custo o território, não importando se tenham de esmagar os povos indígenas que ainda sobrevivem nas selvas. Mas a utilização da ameaça imperialista não quer dizer que esta não exista.

O POR rechaça qualquer interferência do imperialismo. A questão ambiental, indígena (opressão nacional), econômica etc da Amazônia compete apenas aos brasileiros resolverem. As potências são as maiores destruidoras da natureza por concentrarem uma gigantesca capacidade industrial. O capitalismo é um sistema de destruição da natureza e dos homens. Tem de ser substituído por um regime social superior, que é o comunismo (sociedade sem classes, voltada para a coletividade e economicamente planejável etc).

Em qualquer parte, os capitalistas deprimem a natureza em função do lucro e da concentração de capital. No Brasil, não poderia ser diferente. Aliás, as madeiras que saqueiam a Amazônia são na maioria pertencentes a capitais estrangeiros.

Delimitado bem o problema, chegamos à conclusão de que o nacionalismo, aliás muito escasso nos últimos tempos, é incapaz de defender uma possível intervenção do imperialismo na Amazônia. A classe operária e os camponeses têm a tarefa de colocar o comando do país nas mãos da maioria nacional oprimida para modificar a base econômica e enfrentar o imperialismo. A construção da frente única antiimperialista é uma importante arma dos explorados.

Internacional



OTAN invade Kosovo para reparti-lo entre as potências

A retirada do exército iugoslavo de Kosovo e a ocupação do território pela OTAN foi um ato de rendição de Milosevic. O governo evitou organizar a resistência de massa contra a invasão imperialista. Somente o armamento da população e a organização da guerrilha em Kosovo poderiam fazer frente ao objetivo da OTAN de tomar pelas armas Kosovo.

Durante setenta dias, as forças do imperialismo bombardearam a Iugoslávia, destruindo boa parte da infra-estrutura econômica do país e massacrando a população indefesa. A alta tecnologia bélica tornou impossível qualquer resistência militar pelo exército iugoslavo, mas ao mesmo tempo mostrou que somente uma invasão por terra poderia decidir a exigência imperialista de entrega de Kosovo.

A classe operária e os camponeses, que constituem a maioria, teriam de ser armados num exército popular antiimperialista para se contrapor à ocupação por terra. A resistência passiva do governo só poderia levar à rendição.

A vitória do imperialismo resultará em recrudescimento da opressão nacional. Kosovo se tornará enclave dos Estados Unidos e seus aliados europeus, assim como ocorreu com a "independência" da Bósnia. Não poderá haver autodeterminação sob o domínio das potências.

A ocupação de Kosovo trata-se de mais um acontecimento que indica a ampliação da opressão imperialista.

O proletariado mundial encontra-se desarmado para resistir, com métodos revolucionários, a tal ofensiva. Isto é, carece de partidos revolucionários organizados como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista - a IV Internacional. Será sob os bárbaros feitos do imperialismo que as massas encontrarão o caminho do partido revolucionário. Cabe à vanguarda posicionar-se corretamente em defesa da autodeterminação dos povos oprimidos e trabalhar no seio dos explorados pela derrota do imperialismo.

Será através da luta de classes que a burguesia internacional será confrontada. O capitalismo é um sistema agonizante, mas não cairá sozinho. Encontrará saída nas guerras, na submissão cada vez maior das nações atrasadas e na intensificação da exploração mundial da classe operária, dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada.

A organização do proletariado em partido político, marxista-leninista-trotskyista, se tornou uma necessidade de vida ou morte. A vanguarda mundial terá de se livrar das influências ainda existentes do estalinismo e da social-democracia para ajudar a classe operária superar seu atraso frente à decomposição capitalista. As guerras são situações em que todas as contradições do capitalismo vêm à tona e colocam a necessidade das massas combaterem pela estratégia da revolução socialista.

As massas iugoslavas combateram o nazismo, expressão máxima do capitalismo monopolista (imperialista), e deram o poder ao partido comunista sob a direção de Tito. Isso quando a União Soviética se encontrava em avançado estado de retrocesso sob a política reacionária, nacionalista, da burocracia estalinista. A ruptura de Tito com Stálin não foi com o programa do "socialismo em um só país". O que significou paralisar o avanço revolucionário da classe operária e camponesa, às quais pertence a maioria dos sérvios, bósnios, albaneses etc. e retroceder a construção do socialismo.

Milosevic, o nacionalismo sérvio e a opressão étnica vieram à tona justamente no processo de restauração capitalista e não na "construção socialista", como querem passar

os ideólogos da burguesia internacional. A desintegração da Iugoslávia sob a forma de guerra separatista e a intervenção do imperialista expressam o fracasso do estalinismo (na feição titoísta) e seu caráter contra-revolucionário.

A rebotalha do estali-titoísmo, sintetizada na figura de Milosevic, foi incapaz de defender a Iugoslávia contra a invasão imperialista da OTAN. Essa é a lição que os trabalhadores do mundo inteiro devem tirar, de maneira a compreender fundo o valor do internacionalismo proletário e do programa histórico do comunismo, elaborado por Marx e Engels. Somente com esse programa, encarnado no proletariado através do partido revolucionário, o imperialismo poderá ser combatido e vencido para o bem da humanidade.

Novas guerras estão por vir. Trata-se da vanguarda elevar-se à altura do programa comunista.

A ação facínora do governo norte-americano

O imperialismo norte-americano ofereceu alguns milhões de dólares para quem ajudar a prender Milosevic, sob o argumento de genocídio. A que ponto chega a prepotência do governo gringo.

De posse de uma poderosa máquina bélica, que demonstra a barbárie capitalista, o imperialismo norte-americano se coloca na posição de intervir nos problemas internos das nações semicoloniais, derrubar governos, decretar prisões e planejar assassinatos.

Com o Iraque, fez a mesma coisa. Tentou assassinar Saddam Hussein, derrubá-lo financiando a oposição pró-ocidente.

Os governos imperialistas se comportam como facínoras apoiados pelos monopólios e pela máquina de destruição. Os trabalhadores não podem se deixar ludibriar pela propaganda imperialista, regada de muito dinheiro. Dinheiro esse saqueado dos próprios países semicoloniais e extraído do trabalho da classe operária. Rechaçamos qualquer tentativa de ingerência imperialista sobre as nações oprimidas. Se o imperialismo quer derrubar Milosevic, estamos contra. Somente as massas iugoslavas podem fazê-lo.

Internacional

